

# 71,3 milhões de obras decididas pelos portugueses

Nuno Miguel Ropio  
sociedade@jn.pt

► O Orçamento de Estado de 2017 irá ter uma fatia destinada a projetos e investimentos sugeridos pelos portugueses. O Governo vai arrancar com um Orçamento Participativo (OP) nacional em várias áreas e colocar a votos na Internet todas as propostas que surgirem. Trata-se de um formato inédito deste mecanismo de participação popular em todo o Mundo, que já é desenvolvido a nível local com enorme sucesso. Desde 2002, ano da primeira experiência, há já 71,3 milhões de euros de obras concluídas ou em execução, que resultaram de OP.

Serão quatro as áreas para as quais poderão ser apresentadas propostas: agricultura, ciência, cultura, educação e formação de adultos. O montante destinado a este OP nacional será revelado amanhã à tarde, no Museu de Arte Antiga, em Lisboa, pelo primeiro-ministro, António Costa.

A iniciativa, que foi um dos compromissos assumidos pelo PS durante a campanha eleitoral e, depois, vertido no programa do Governo, será coordenado pelo Ministério da Modernização Administrativa, liderado por Maria Manuel Leitão Marques, que também estará na cerimónia.

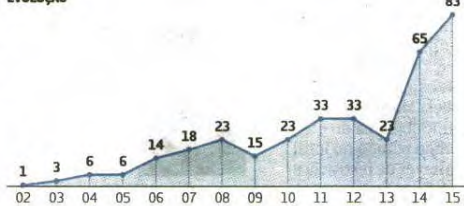
Portugal tornar-se-á assim no primeiro país com este tipo de OP, apesar de recentes experiências que a ONU tentou levar a cabo no Chipre e no Kosovo – sem grande sucesso, já que não passavam pela consulta popular.

**Com mais votos do que as eleições**  
No ano passado, bateu-se o recorde de verbas nos orçamentos participativos locais: 17,2 milhões de euros. O maior investimento em 13 anos e que vai ao encontro de uma crescente adesão popular. Aliás, em algumas autarquias há já mais gente a votar neste mecanismo do que nas eleições locais.

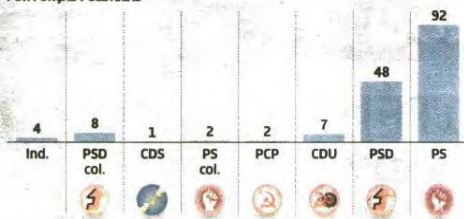
Em todo o território nacional,

## balanço : 13 anos de orçamentos participativos

### EVOLUÇÃO



### POR FORÇAS POLÍTICAS

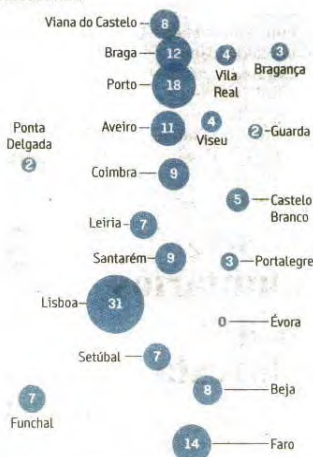


INFOGRAFIA JN

foram levados a cabo 346 OP desde 2002 – quando Palmela se tornou o primeiro município a desafiá-los cidadãos a pronunciarem-se sobre quais os projetos a serem desenvolvidos com uma fatia do Orçamento Municipal. Nos últimos dois anos, ocorreu o maior crescimento – em 2015, registaram-se 83; em 2014, foram 65.

Segundos dados da “In Loco”,

### POR DISTRITO entre 2002 e 2015



## Orçamento do Estado para 2017 irá incluir propostas vencedoras do OP nacional

associação que coordena este mecanismo, nem todos os OP são municipais, mas foram a maior fatia numa década de existência. Os restantes foram realizados por freguesias e outras entidades locais.

### Votam nos OP e não nas eleições

Ao IN, Nélson Dias, presidente da “In Loco”, explicou que, em alguns casos, a participação popular aumentou “de forma significativa”. “Houve situações em que os votantes dos Orçamentos Participativos são em número superior ao conjunto de todos os votos obtidos pelos partidos eleitos para determinado órgão autárquico nas últimas eleições”, sublinhou.

Para o sociólogo, há ainda a salientar que “aproximadamente 10% das pessoas que participam nos orçamentos participativos não votam nas eleições”. “A verdade é que, neste momento, Portugal é o país que tem o maior número de OP”, evidenciou. ●

## ranking de quem mais investe :

### PS lidera forças partidárias nos OP

● O PS é a força política que mais desenvolveu OP nas autarquias que já liderou ou ainda gere. Seguem-se o PSD e a CDU. Porém, a coligação dos comunistas com os verdes evidencia-se, se se tiver em conta o peso político que tem a nível local – inferior aos outros dois partidos.

### Só três municípios dão 7,5 milhões para rubrica

● Com 4,020 milhões de euros, Cascais (PSD) lidera o ranking dos municípios que mais investiram nos orçamentos participativos, em 2015. Seguem-se Lisboa (PS) e Odivelas (PS), com 2,5 milhões e um milhão, respetivamente. Este mecanismo foi criado em 1989, no município brasileiro de Porto Alegre.

## flash :

Giovanni Allegretti  
Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

“Três anos para perceber sucesso”

**Como poderá um Orçamento Participativo (OP) a nível nacional vingar, tendo em conta que o seu formato a nível mundial tem sido sempre a nível local?**

Embora a maioria dos 3000 OP até agora tenha sido em nível local, o “salto de escala” já estava a ser preparado em nível regional em vários países, como Itália, França ou Brasil. E, até em regiões do tamanho de Portugal. Na Escócia, o Governo investiu este ano dois milhões de libras para consolidar e multiplicar os processos nas autarquias. Acho que a chave do sucesso será ver como o OP nacional saberá ser complementar dos OP locais. Não tratando de obras mas de programas e políticas setoriais, incentivando a cooperação municipal e começando a ir além das despesas, para enfrentar o tema das receitas e da justiça social.

**A participação popular irá ser limitada pelo facto de o voto ser feito na Internet?**

Acredito que no primeiro ano o Governo possa fazer uma aposta também nos encontros cara a cara e que, apenas nos anos seguintes, as tecnologias informáticas sejam mais centrais. Estas deverão ser adequadas ao desafio. Por exemplo, no projeto “Empatia”, financiado pelo Horizon 2020, o meu Instituto (CES) está a experimentar um role-game chamado “Empaville”, para preparar os jovens das escolas portuguesas a ser ativos no OP Escolar.

**Qual o tempo que vai ser necessário para se perceber o sucesso desta iniciativa?**

Tratando-se da primeira experiência mundial de OP nacional, acredito que três anos seja um prazo realista. Sem dúvida, nos primeiros anos é muito importante construir um modelo cauteloso, em crescimento gradual, que estude e monitorize bem os resultados e as críticas para reconstruir a confiança mútua entre instituições e cidadãos com bases sólidas.